



Saúde e Sociedade

ISSN: 0104-1290

saudesoc@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Leandro, José Augusto; Lunelli Santos, Francieli
História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa (1959-1962)
Saúde e Sociedade, vol. 24, núm. 3, julio-septiembre, 2015, pp. 991-1005
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263644020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

História da talidomida no Brasil a partir da mídia impressa (1959-1962)¹

History of Thalidomide in Brazil based on the print media (1959-1962)

José Augusto Leandro

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de História. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR, Brasil.

E-mail: joseaugustoleandro@gmail.com

Francieli Lunelli Santos

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR, Brasil.

E-mail: francieli.lunelli@gmail.com

Resumo

O artigo discute algumas questões relacionadas à droga talidomida, a partir de notícias da mídia impressa. As fontes utilizadas na pesquisa foram jornais editados na cidade do Rio de Janeiro entre 1959 e 1962. O estudo destaca o contexto histórico brasileiro que antecede a chegada da talidomida no Brasil, com ênfase em alguns aspectos relativos à indústria farmacêutica no cenário da década de 1950; traz algumas informações sobre o Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S/A, o principal laboratório que produziu e comercializou a droga no país; demonstra como os jornais veicularam as primeiras propagandas incentivando a prescrição do medicamento e acompanha as notícias sobre os malefícios da talidomida; aponta quais ações foram tomadas para a retirada da droga do mercado brasileiro, uma vez que ela era amplamente comercializada no país naquele momento; conclui que a mídia impressa deu destaque moderado para a tragédia, que a talidomida circulou largamente pelo território nacional e sugere que a primeira geração de bebês vítimas da talidomida deve ser maior do que normalmente se supõe.

Palavras-chave: Talidomida; Mídia Impressa; História da Indústria Farmacêutica.

Correspondência

José Augusto Leandro

Avenida General Carlos Cavalcanti, 4748.

Ponta Grossa, PR, Brasil. CEP 84030-900.

¹ Pesquisa financiada com bolsa de Doutorado CAPES.

Abstract

The article reviews and discusses the events surrounding the thalidomide tragedy based on news from the print media. Newspapers published in the city of Rio de Janeiro, RJ, Brazil, from 1959 to 1962 were investigated. The analysis highlights the historical context that predates the arrival of the drug in Brazil, with emphasis on some aspects of the pharmaceutical industry in the country. It provides information on the *Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos*, the main laboratory that produced and marketed the drug in the country, and demonstrates how newspapers presented the first news about the dangers of thalidomide. Furthermore, it indicates what actions were taken to withdraw the drug from the Brazilian market, as the drug was widely marketed in the country at that time. It concludes that the print media reported the event without urgency and without featuring it on the front pages of the newspapers. The article concludes that thalidomide ended up circulating widely throughout Brazil and suggests that the first generation of thalidomide babies must be greater than is commonly supposed. **Keywords:** Thalidomide; Print Media; Pharmaceutical Industry History.

Introdução

A década de 1950 já foi rotulada, muitas vezes, como a década dos “anos dourados”. Uma das principais características do período foi a valorização dos aspectos positivos da ciência e da indústria que, aliadas, foram capazes de produzir novos produtos e aparatos tecnológicos diversos em várias partes do mundo. Eric Hobsbawm (1995, p. 265) destaca que “as principais inovações que começaram a transformar o mundo assim que a [segunda] guerra acabou talvez tenham sido as do setor químico e farmacêutico”. Roy Porter enfatiza que, além do sucesso apresentado pela penicilina, outros novos medicamentos foram capazes de mudar a relação da medicina com certas doenças:

Sonhada e adiada por tanto tempo, a revolução terapêutica tornou-se uma realidade. Seguiram-se novas drogas de muitos tipos, na década de 1950, em especial a cortisona, de valor inestimável na artrite reumatoide e outros estados inflamatórios, e os primeiros agentes psicofarmacológicos eficazes – o lítio, valioso nos casos de psicose maníaco-depressiva, e a clorpromazina (Largactil), para a esquizofrenia (Porter, 2004, p. 133).

Em algumas partes do mundo ocidental, muitas das privações decorrentes dos esforços de guerra cediam, aos poucos, espaço para um novo modo de vida com vistas ao conforto, praticidade e, principalmente, ao consumo de bens duráveis. A tecnologia produzida ou aperfeiçoada durante o conflito, com a nova conjuntura de paz e com o crescimento econômico do período, passava a simbolizar “a confiança na máquina como instrumento de criação e de bem-estar” (Glik, 2010, p. 230). A industrialização vivenciada nas décadas de 1950 e 1960 e os estímulos para a aquisição de bens de consumo transformaram significativamente o cotidiano das pessoas, alterando desde hábitos privados relacionados à vida doméstica como também hábitos culturais de um modo geral.

No Brasil, as transformações econômicas e as mudanças no modo e estilo de vida de parcelas da população no período de 1950 a 1979 foram analisadas por João Manuel C. de Mello e Fernando A. Novais. Em texto intitulado *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, os autores lembram a chegada

e a incorporação no país das conquistas materiais do mundo capitalista, destacando a consolidação, em território nacional, de uma indústria variada: petroquímica, do alumínio, do cimento, do vidro, do papel, de alimentos, têxtil, de confecções, de calçados, de bebidas, de móveis. Lembram também a indústria farmacêutica e a de produtos de beleza que, segundo eles, “deram um salto extraordinário” (1998, p. 563). Mello e Novais destacam, sobretudo, os novos padrões de consumo do período e, dentre os inúmeros exemplos que citam, fiquemos apenas com alguns mais corriqueiros:

Dispúnhamos, também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na casa dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, panelas - inclusive a de pressão - ou frigideiras de alumínio e não de barro ou de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó, substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira, no lugar do escovão (Mello; Novais, 1998, p. 563-564).

No entanto, as décadas de 1950 e 1960 apresentaram outras facetas não tão otimistas quanto ao futuro da humanidade. Dois exemplos são ilustrativos da fragilidade daquele contexto e ambos minavam a atmosfera de confiança sobre os destinos dos indivíduos e das coletividades: a possibilidade de aniquilação da espécie humana via guerra nuclear era debatida em inúmeros periódicos e seguia como um dos resultados concretos da divisão do mundo pós-1945; da mesma feita, porém voltada para uma espécie de “aniquilação individual”, a doença câncer era constantemente noticiada na imprensa como o grande “inimigo” que rondava a vida moderna dos homens e das mulheres (Leandro; Santos, 2013, p. 2). Brynner e Stephens destacam um aspecto que, para eles, sugere uma “utopia incerta” na década de 1950: o aumento do consumo de medicamentos para indução do sono. Para a Grã-Bretanha, por exemplo, citam (sem mencionar o ano) que eram estimados em, pelo menos, um milhão as pessoas que utiliza-

vam algum tipo de sedativo diariamente, e cerca de uma a cada oito prescrições do Serviço Nacional de Saúde consistia em receita de pílula para dormir. “Em 1955, os Estados Unidos produziram cerca de 4 bilhões de barbitúricos, o que representava 26 pílulas para cada homem, mulher e criança no país” (Brynner; Stephens, 2001, p. 4).

A talidomida é fruto desse contexto. Desenvolvida comercialmente pela companhia farmacêutica *Chemie Grunenthal*, da Alemanha Ocidental, alcançou grande sucesso a partir do final de 1957 como sonífero e antiemético, propriedades observadas nos testes realizados pela referida companhia. Segundo Brynner e Stephens (2001, p. 13), a talidomida também foi, de início, testada como anticonvulsivo para epiléticos. Entretanto, esse potencial do remédio foi logo descartado ao se descobrir um efeito ainda mais vantajoso na droga: ela induzia a um sono natural prolongado. O produto foi “anunciado pela empresa como ‘inteiramente atóxico’, era consumido sem prescrição médica. O *Contergan*, primeira marca lançada no mercado, transformou-se rapidamente em um dos medicamentos líderes de vendas na Alemanha” (Oliveira; Bermudez; Souza, 1999, p. 101).

De acordo com Russel Mokhiber (1995, p. 370-371), a Grunenthal colocou a talidomida no mercado “com diversas marcas comerciais e como um produto de balcão para uma variedade de finalidades”; e, nas campanhas iniciais, a empresa enviou “anúncios programados para cinquenta publicações médicas de primeira linha, duzentas mil cartas para médicos no mundo inteiro e cinquenta mil para farmacêuticos”. Logo a droga estava presente em todos os continentes, sendo comercializada em 46 países.

De fato, as indicações terapêuticas da talidomida tornaram-na uma verdadeira panaceia. A droga foi anunciada, na Alemanha, já em 1956, em folheto promocional da *Chemie Grunenthal*, como apropriada para combater “irritabilidade, baixa concentração, estado de pânico, ejaculação precoce, tensão pré-menstrual, medo de ser examinado, desordens funcionais do estômago e vesícula biliar, doenças infecciosas febris, depressão leve, ansiedade, hipertireoidismo e tuberculose” (Oliveira; Bermudez; Souza, 1999, p. 101). Teff e Munro (1976, p. 1), por sua vez, informam que inicialmente a *Chemie Grunenthal* anunciou, em novembro de 1956, que a talidomida

fazia parte de uma combinação de drogas (*Grippex*) para tratamento de infecções respiratórias. A equipe de jornalistas do *Sunday Times*, de Londres, observou que em virtude da possibilidade de a epidemia de influenza asiática aportar na Alemanha, no outono de 1957, a *Chemie Grunenthal* vislumbrou uma excelente oportunidade para a colocação do produto *Grippex* no mercado alemão; tal fato ocorreu em 1º de outubro de 1957, porém o nome da droga foi alterado para *Contergan*² (London Sunday Times, 1979, p. 29).

Logo os danos gerados pela ingestão da talidomida começaram a surgir. Tonturas e neuropatia periférica foram efeitos adversos observados entre os que ingeriram o produto e, posteriormente, comprovou-se que a focomelia em recém-nascidos era fruto da iatrogenia medicamentosa. Efeitos colaterais apareceram em milhares de crianças, chamadas de “bebês da talidomida”, porque suas mães, nos meses iniciais de gestação, ingeriram a droga, sobretudo, para alívio do desconforto dos enjoos matinais. Para caracterizar a focomelia, Oliveira et al. explicam que as crianças nasciam “com um tipo peculiar de malformação congênita, caracterizada pelo desenvolvimento defeituoso dos ossos longos dos braços e pernas e cujas mãos e pés variavam entre o normal e o rudimentar” (1999, p. 102).

Meira, Bittencourt e Negreiros (2004, p. 3) nos informam que alguns autores sugerem cifras divergentes, porém altas, de nascimentos de bebês com deformidades físicas: “segundo Matthews & McCoy (2003) um total de 8.000 a 12.000 crianças foram afetadas pelos efeitos teratogênicos da talidomida na década de 60 e, segundo Oliveira e colaboradores (1999), esse número é de 10.000 a 15.000 crianças em todo o mundo”. Para o Brasil, estima-se em 300 o número de atingidos até 1965, a chamada primeira geração (Oliveira; Bermudez; Souza, 1999, p. 103).

Em linhas gerais, o evento da talidomida pode ser tomado como um exemplo ilustrativo daquilo que Ulrich Beck (2010) denominou de “sociedade de risco”, mesmo levando-se em consideração que o autor tenha enfatizado tal sociedade após o acidente nuclear da

usina de Chernobyl, em abril de 1986. Para Beck, muitos problemas no mundo ocidental contemporâneo advêm não mais da natureza que deve ser controlada, mas da própria tecnologia pelo homem criada. A sociedade de risco é, para ele, a sociedade industrial globalizada em seu estágio avançado.

Contra as ameaças da natureza externa, aprendemos a construir cabanas e a acumular conhecimentos. Diante das ameaças da segunda natureza, absorvida no sistema industrial, vemo-nos praticamente indefesos. Perigos vêm a reboque do consumo cotidiano. Eles viajam com o vento e a água, escondem-se por toda a parte e, junto com o que há de mais indispensável à vida – o ar, a comida, a roupa, os objetos domésticos –, atravessam todas as barreiras altamente controladas de proteção da modernidade. Quando, depois do acidente, ações de defesa e prevenção já não cabem, resta (aparentemente) uma única atividade: desmentir, um apaziguamento que gera medo e que associado ao grau de suscetibilidade generalizada condenada à passividade, alimenta sua agressividade. Essa atividade residual, diante do risco residual realmente existente, encontra na inconcebibilidade e imperceptibilidade do perigo seus cúmplices mais eficazes (Beck, 2010, p. 9-10).

Os contornos da tragédia da talidomida, após os desmentidos acerca da propalada não toxicidade do medicamento, foram acompanhados de uma incomensurável incredulidade diante do fenômeno verificado. Hoje, sabe-se que a *Chemie Grunenthal* foi relapsa na condução de testes com animais e simplesmente não monitorou testes em humanos. Por conseguinte, a equipe da Grunenthal não conduziu estudos sobre o impacto da droga em mulheres grávidas. Quando questionada por médicos que observaram efeitos nocivos (tontura, perda de memória, neurite periférica/polineurite) em pacientes que utilizaram *Contergan*, a partir do final de 1958, a empresa passou a mentir continuamente sobre a existência de uma relação entre o medicamento e

2 “In the late summer of 1957, the West German health authorities forecast that there would be an Asian flu epidemic that autumn. One of the thalidomide preparation that Grunenthal had devised was called *Grippex* (derived from *grippe* – a French word for flu), a mixture of thalidomide quinine, vitamin C, phenacetin, and salicylamide. On September 2, reasoning that *Grippex* would sell well in a flu epidemic, Grunenthal decided to put thalidomide and its mixtures on the market, and the drug went on sale on Tuesday, October 1, 1957. After some deliberation, Grunenthal had chosen the brand name *Contergan*” (London Sunday Times, 1979, p. 29).

as reações (London Sunday Times, 1979; Brynner; Stephens, 2001).

A tragédia da talidomida veio à luz do conhecimento público pela imprensa no final do ano de 1961, início de uma década que, para Pedro Duarte de Andrade (2012, p. 19), “foi cheia de transformações, que não ficaram restritas a um só país, mas avançaram sobre o mundo ocidental, em ritmos variados dependendo do lugar”. Ainda vale reforçar que, na época em foco, um mercado global de remédios também já existia e companhias europeias e norte-americanas distribuía, para diversas partes do mundo, milhares de substâncias medicamentosas, bem como licenciavam suas descobertas para serem produzidas por laboratórios nacionais. E isso já era prática corrente antes do início da década de 1960. De acordo com Brynner e Stephens (2001, p. 15)

Mesmo antes do sedativo ser introduzido na Alemanha, a Grunenthal já mirava o mercado internacional em expansão; contratos foram assinados com a Astra Company, na Suécia, em março de 1957, para distribuição no mercado escandinavo; e, em julho, com a Distillers para que ela detivesse os direitos para distribuição na British Commonwealth.

Em termos mercadológicos, além da Alemanha, vale destacar que a droga teve amplo alcance na Grã-Bretanha, uma vez que a *Distillers*, que comercializou a talidomida sob o nome *Distival*, já era uma tradicional e poderosa empresa fabricante de bebidas alcoólicas (possuía o rótulo *Johnnie Walker*, por exemplo). Durante a Segunda Guerra Mundial, ela obtivera do governo licença para produzir penicilina, criando a divisão *Distillers Biochemicals* (Oliveira; Bermudez; Souza, 1999; Brynner; Stephens, 2001; Alcântara, 2009).

Na configuração de uma sociedade de risco, nos termos de Beck, a ampla distribuição da talidomida destaca-se, uma vez que, para o sociólogo alemão, os riscos já não podem “ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos”. Ele afirma:

“pelo contrário, contêm uma tendência globalizante que tanto se estende à produção e reprodução como atravessa fronteiras nacionais e, nesse sentido, com um novo tipo de dinâmica social e política [...] faz surgir ameaças globais supranacionais e independentes de classe” (Beck, 2010, p. 16).

Assim, é possível inferir, tomando-se o exemplo da talidomida, que efeitos potenciais negativos de uma sociedade industrial (de risco) foram amplificados com a globalização da indústria farmacêutica e com o intenso comércio internacional de medicamentos nas décadas de 1950 e 1960. Tanto isso é significativo que a talidomida foi, conforme já destacado, introduzida no mercado de 46 países, atingindo todos os continentes, “incluindo onze países europeus, sete africanos, dezessete asiáticos e onze nas Américas do Norte e do Sul” (Mokhiber, 1995, p. 371). A droga foi vendida sob 51 diferentes nomes ao redor do mundo (London Sunday Times, 1979, p. 29).

Mídia impressa e talidomida: contornos da pesquisa

No artigo que segue, analisamos as primeiras notícias da mídia impressa brasileira sobre a talidomida: desde a primeira peça publicitária que divulgava o uso da droga até as primeiras matérias jornalísticas sobre a possibilidade da ocorrência de iatrogenia medicamentosa. A talidomida apareceu, inicialmente, na imprensa brasileira como *Sedalia*, medicamento anunciado em propaganda estampada em jornais brasileiros no ano de 1959. Posteriormente, ressurgiu somente a partir de 21 de março de 1962, quando da associação da droga com efeitos teratológicos.

O uso da imprensa periódica como suporte principal da pesquisa, no caso do tema aqui estudado, permitiu identificar uma determinada cronologia dos eventos ligados à tragédia da talidomida no Brasil, tema ainda carente de investigações históricas e sociológicas no Brasil.³ Como bem observou

3 Segundo levantamento realizado por Leandro e Lopes, no banco de teses e dissertações da Capes, com a palavra-chave “talidomida” (para o período compreendido entre 1987 e 2012), de um total de 54 trabalhos de doutorado, todos estão identificados no interior das grandes áreas do conhecimento “ciências biológicas” e/ou “ciências da saúde”; por sua vez, no que tange às dissertações de mestrado, um total de 82 para o mesmo período, em apenas uma delas, da área do Direito, mencionou-se tal palavra-chave, mas a mesma não dedicou-se especificamente ao tema talidomida. Portanto, nas grandes áreas “ciências humanas” e “ciências sociais aplicadas” o tema “segue olvidado pelos pesquisadores” (Leandro; Lopes, 2013, p. 10).

Renée B. Zicman (1985, p. 90), uma das virtudes de se tomar jornais como fonte documental reside no fato de que a periodicidade dos mesmos transforma-os em “‘arquivos do cotidiano’ registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos”.

Na pesquisa, foram utilizados jornais cariocas, alguns deles com grande circulação no território nacional e outros com impacto mais restrito, a saber: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *Novos Rumos*. As pesquisas documentais foram realizadas a partir do portal da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, que disponibiliza um amplo acervo de periódicos da época em questão. Apesar de não cobrir todos os jornais editados no Rio de Janeiro na fase investigada, o portal pesquisado disponibiliza um conjunto significativo de títulos para o período compreendido entre 1959 e 1962. Além disso, vale destacar a observação de Silvia Modena Martini (2011, p. 91) quanto aos hábitos de leitura de jornais impressos entre a população do Rio de Janeiro. Segundo ela, de acordo com os dados do Ibope da década de 1950, dentre os mais lidos estavam o *Diário de Notícias*, o *Correio da Manhã*, o *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*. Este último seguiu com grande popularidade de leitura ao longo dos primeiros anos da década de 1960, a partir da reformulação gráfica ocorrida no *layout* do periódico em 1959, mudança esta tida como “modificação estrutural e gráfica mais célebre na história dos jornais impressos brasileiros” (Fonseca, 2008, p. 59).

Apesar de este artigo não estar focado na “leitura das condições pelas quais as informações emergem em determinado produto jornalístico, convertendo um fato ou assunto em notícia” (Pontes; Silva, 2012, p. 50), estivemos atentos a certos aspectos formais/materiais das fontes, pois, uma vez escolhida a mídia impressa como principal suporte para a coleta de informações, algumas questões relativas a ela pareceram pertinentes, tais como:

o reconhecimento da carga valorativa das capas, manchetes e chamadas; o recorte temático e de organização proposto pelas editorias; a identificação dos gêneros jornalísticos; o processo discursivo da diagramação/edição; a observação da estrutura

interna das matérias; a organização de títulos e chamadas; a presença de boxes, suítes, fotografias, gráficos e tabelas; os tipos e a hierarquia das fontes; a assinatura e as demais marcas da apuração (Pontes; Silva, 2012, p. 52).

Os jornais pesquisados levaram aos seus leitores, no ano de 1962, inúmeras representações da tragédia da talidomida, destacando sobremaneira os aspectos científicos do fenômeno, com ênfase na questão dos efeitos teratogênicos da droga no corpo dos bebês. Nos contornos deste artigo, o que nos interessa diz respeito às primeiras notícias veiculadas referentes à iatrogenia medicamentosa da talidomida no Brasil, com foco nas notícias nas quais é possível verificar quais atitudes foram tomadas para a retirada de circulação da droga naquele momento.

Estudos sobre a história das práticas farmacêuticas despertam interesse crescente, permitem identificar a trajetória de instituições de ensino e pesquisa, bem como de sociedades científicas e companhias industriais que se dedicaram à descoberta e comercialização de novos e pretensamente eficientes fármacos. A história do desenvolvimento de medicamentos, ao lado da história da circulação de manuais e tratados científicos, que expressam as transformações da própria ciência farmacológica, torna-se objeto de investigações (Bittencourt; Caponi; Maluf, 2013). Aqui, para os propósitos deste artigo, refletimos sobre alguns aspectos da história da indústria farmacêutica a partir de um evento trágico, entendendo que a imprensa auxilia na problematização da conjuntura urbano-industrial de uma determinada época; além disso, também entendemos que os periódicos impressos revelam facetas de um tema que não estão presentes em outros documentos (Luca, 2005).

Vejamos, então, algo dessa conjuntura formada a partir das mudanças operadas na indústria farmacêutica no Brasil na década de 1950, mudanças estas que possibilitaram que a talidomida aportasse no país. Sobre esse contexto, a pesquisa empreendida buscou capturar informações sobre as empresas envolvidas na produção e comercialização da “droga maldita” no país, porém foi possível delinear contornos mais precisos de apenas uma delas na década de 1950 e início da década de 1960, o Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S/A.

“À distinta classe médica”

A talidomida é resultado da expansão da indústria farmacêutica em virtude das inovações possibilitadas pela quimiossíntese, sobretudo a partir da conjuntura posterior ao conflito bélico do período 1939-1945. Para o mundo ocidental, a época compreendida entre 1940 e 1960 é rotulada por muitos autores, incluindo Barros (1995), como “Idade de Ouro da Indústria Farmacêutica”.

O Brasil também estava envolto em ares de entusiasmo com o desenvolvimento de tal ramo, como atesta o fato de que companhias internacionais diversas instalaram fábricas, principalmente, próximas à cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, companhias nacionais já existentes consolidavam sua participação no mercado, licenciando a produção e a comercialização de fórmulas criadas no exterior. Um exemplo de empresa de capital estrangeiro que utilizou esse momento otimista para instalar-se no país foi a *Squibb*. Propaganda publicada na revista *Ciência e Cultura*, órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, no ano de 1954, anunciava:

De mãos dadas a Ciência e a Indústria criaram e desenvolveram um novo fator de saúde e bem-estar para a Humanidade, produzindo, a cada segundo, bilhões e bilhões de unidades de penicilina. Este milagre de produção se realiza agora também no Brasil, onde se encontra a maior produtora de penicilina em toda a América Latina: a nova fábrica Squibb em Santo Amaro (São Paulo), com capacidade mensal de 1 trilhão e 800 milhões de unidades, cerca de metade das necessidades do consumo brasileiro.⁴

Olhando para tal contexto, Flávio Edler (2006, p. 107-108) destaca o incrível desenvolvimento do ramo farmacêutico no período: “para se ter uma ideia da magnitude desse processo, podemos observar que, em 1957, entre os vinte maiores laboratórios farmacêuticos existentes no Brasil, cinco eram nacionais, ou associados a capitais nacionais: Pinheiros, Moura Brasil, Torres, Fontoura e Lafi”.

Maria Alice Rosa Ribeiro (2001) indica que São Paulo foi território propício para o desenvolvimento

da ciência brasileira ligada à medicina e à farmácia, bem como para a institucionalização das ciências microbiológicas ao longo da primeira metade do século XX. A historiadora destaca que na capital:

Uma série de instituições estatais e privadas, de cunho científico, foram criadas no período: o Serviço Sanitário, a Sociedade de Medicina e Cirurgia, publicações médicas, como por exemplo, os *Anais da Sociedade de Medicina e Cirurgia* e a *Revista Médica de São Paulo*, ou seja, havia um movimento de aglutinação dos interesses científicos ligados à medicina e à saúde pública estimulado, possivelmente, pela nova ciência. (Ribeiro, 1997, p. 470-471)

São Paulo apresentou condições extremamente favoráveis à organização de pesquisas científicas que foram bem recebidas pela elite (Ribeiro, 1997, p. 473). A consolidação paulista no campo científico da saúde pode ser percebida através de organizações de pesquisa, voltadas à produção de conhecimentos, formação de técnicos e descoberta de medicamentos, vacinas, soros e tratamentos de doenças, como ilustram o Instituto Butantã e Instituto Pasteur.

Durante a Primeira Guerra Mundial, alguns expoentes de pesquisas ligados ao campo da saúde fundaram empresas farmacêuticas, uma vez que a conjuntura político-econômica da época favorecia a criação de indústrias nacionais de medicamentos. O deslocamento de pesquisadores do setor público para a iniciativa privada foi paulatino. Nesse contexto surgiu o Instituto Pinheiros, com a atuação de “médicos treinados por cientistas ligados ao Instituto Butantã em 1928” (Ribeiro, 2001, p. 609). Entre eles estavam Eduardo Vaz e Mário Augusto Pereira, seus fundadores e médicos expoentes da Faculdade Nacional de Medicina. O Instituto Pinheiros era uma empresa privada de capital nacional e disputava o mercado com instituições públicas como o Butantã e o Instituto Manguinhos, do Rio de Janeiro.

Segundo Silvia Martini (2011, p. 116), após a Segunda Guerra “o Brasil virou o paraíso para a indústria farmacêutica”. Refletindo essa conjuntura, os jornais estampavam em suas páginas anúncios diversos que incentivavam o consumo de medicamentos. Artigos pretensamente científicos de revistas populares,

4 *Ciência e Cultura*, v. 6, n. 4, 1954.

como a revista *Ciência Popular*, também incentivavam o consumo de novas drogas. Em matéria que tratava de diversos aspectos ligados à gravidez, por exemplo, a referida publicação destacou o enjoo como “uma das grandes provas” da mulher nos primeiros meses da gravidez, como “um dos sintomas mais desagradáveis do mundo”. O texto, assinado por um médico, encerrava de maneira otimista demonstrando aos leitores que “hoje, existe uma série de drogas anti-histâmicas muito úteis contra o enjoo”.⁵

Apesar de Oliveira, Bermudez e Souza (1999, p. 103) informarem que a “talidomida começou a ser comercializada no Brasil em março de 1958”, a pesquisa em jornais apontou que anúncios da droga vieram à tona, pela primeira vez, em 22 de março de 1959. Pelo menos quatro jornais de grande circulação no país, dois deles editados na cidade do Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*, um editado na cidade de São Paulo, o *Estado de São Paulo*, e o *Diário do Paraná*, de Curitiba, estamparam, todos na mesma data e com destaque na primeira página, anúncio dirigido “à distinta classe médica”. Tal propaganda dizia que o Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos S/A acabara de lançar, “mediante acordo com a *Chemie Grunenthal*, da Alemanha, o produto *Sedalis*”. Afirmava que o medicamento tratava-se de um “sedativo-hipnótico, não barbitúrico” cuja substância era “destituída de efeitos secundários” e “bem tolerada por crianças e portadores de lesões hepáticas”.⁶

Quando lançou o *Sedalis* no mercado brasileiro, o Instituto Pinheiros Produtos Terapêuticos já era uma robusta e respeitada companhia brasileira com cerca de 30 anos de existência. Na sua trajetória, Ribeiro (2001, p. 621) destaca a atuação da empresa, sobretudo, no campo soroterápico. Na década de 1950, o Pinheiros representava o apogeu desse desenvolvimento científico, associado ao capital privado; expressava a pujança econômica e social de São Paulo aliada ao renome de instituições de ensino e pesquisa. O Instituto Pinheiros

funcionava em um grande prédio na capital, onde foram instalados laboratórios de preparação, concentração e purificação de soros, controle

de produtos biológicos, ampolagem e empacotamento de produtos. Dispunha de uma chácara em Itapeverica da Serra, nas proximidades da capital, utilizada para a criação de animais empregados na preparação e no teste de soros, onde existiam cerca de quinhentos cavalos, sete mil animais de laboratório, coelhos, pombas, hamsters e camundongos. Possuía um serpentário localizado na capital. Em 1958, adquiriu uma fazenda (de 923ha), Fazenda Roseira, em Passo Fundo (Rio Grande do Sul) para onde transferiu o Departamento de Imunologia e passou a criar cavalos para imunização e produção de soros, chegando a possuir cerca de dois mil cavalos imunizados. Três divisões constituíam a estrutura da empresa: produção, científica e comercial, demonstrando a interdependência da organização produtiva e da ciência (Ribeiro, 2001, p. 621).

Flávio Edler (2006, p. 106-107) também destaca o perfil da empresa relacionado à fabricação de soroterápicos, “como a vacina anti-rábica, a BCG e os soros antiofídicos, antitetânico e antidiftérico”. Enfatiza Edler o poder de penetração da empresa em várias partes do Brasil, uma vez que o Pinheiros estabeleceu “uma grande rede de distribuição voltada também para as regiões rurais”. Para Ribeiro, ao iniciar a década de 1960, a companhia já possuía “uma vasta rede de comercialização” no país, o que permitia considerá-la “uma das superempresas do setor farmacêutico” (2008, p. 180). Segundo a pesquisadora, o Pinheiros foi capaz de implementar uma rede de distribuição e comercialização “de alta capilaridade e bem distribuída no vasto território nacional” (2008, p. 186). Ainda detalha que:

Em 1950, a rede era de 12 filiais, em 1960 chegou a 24 filiais no Brasil. As filiais foram instaladas nas capitais: Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Campo Grande, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Luís, Salvador e Vitória; nas cidades do interior de São Paulo: Araraquara, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Taubaté, e nas cidades do interior de outros estados: Juiz de Fora, Theóphilo Otoni, Blumenau, Londrina, Santa Maria e Uberlândia (Ribeiro, 2008, p. 180).

⁵ *Ciência Popular*, n. 126, março-abril, 1959, p. 4.

⁶ *Correio da Manhã*, 22 mar. 1959, p. 1.

No ano em que a talidomida foi lançada na Alemanha, em 1957, o Pinheiros, de fato, já podia ser considerado uma empresa brasileira de grande porte, que possuía “mais de 1.200 funcionários” (Edler, 2006, p. 107). Outros exemplos de robustez da companhia podem ser extraídos da própria mídia impressa da época: neste mesmo ano de 1957, quando a gripe asiática tomava proporções alarmantes no mundo todo, transformando-se em uma pandemia, um representante do Instituto Pinheiros de São Paulo entrou em contato com autoridades ligadas ao governo comunicando que a empresa estava em condições de fornecer ao país 300 mil doses da vacina para enfrentar o período epidêmico;⁷ ainda em 1957, o Diário da Noite publicava pequena nota, no final do mês de março, sobre as 20 fusões na indústria farmacêutica ocorridas naqueles três primeiros meses do ano. Tal nota afirmava que “os Laboratórios Torres” estavam “sendo comprados pelo Laboratório Pinheiros, por 150 milhões de cruzeiros”.⁸

Na trajetória do Instituto Pinheiros, nos anos que precederam o irrompimento da tragédia da talidomida, consta a associação do nome da empresa até mesmo a eventos ligados ao *star system* norte-americano: quando ocorreu o Primeiro Festival Internacional de Cinema de São Paulo, no final de fevereiro de 1954, estrelas da delegação de Hollywood, como Joan Fontaine, Fred Mac Murray, Irene Dunne, Robert Cummings, Jeannette MacDonald e Walter Pidgeon, entre outros, foram convidados para almoço na sede da empresa de Itapeverica da Serra.⁹ Ademais, a empresa não descuidava das estratégias de marketing específicas, direcionadas para clientelas profissionais de seu interesse. Em janeiro de 1956, o Diário de Notícias avisava que os médicos formados em 1955, pela Universidade do Brasil, poderiam se dirigir à sede do Instituto Pinheiros, na Avenida Barão de Tefé, n. 7 sala 407, para receber o brinde que lhes estava sendo ofertado.¹⁰ Aos farmacêuticos-químicos que se formaram em 1957, também pela Universidade do Brasil, o Instituto Pinheiros ofertou um “Manual

do Farmacêutico” deixando exemplares para serem apanhados no Diretório Acadêmico¹¹.

Talidomida: primeiras notícias da tragédia na mídia impressa

Através do estudo da imprensa periódica é possível estabelecer uma cronologia para os eventos decorrentes da publicação da notícia que associava o uso da talidomida em gestantes às deformidades físicas dos bebês; assim, é possível verificar as primeiras atitudes do poder público face ao que era denunciado pelos jornais.

Em 21 de março de 1962, o jornal Última Hora publicou, em sua capa, a fotografia de uma mulher segurando uma caixa de remédios em que é visível o nome *Sedalis*. Ao lado da figura, o seguinte título: “Remédio faz nascer crianças-monstros. ‘Droga Maldita’ será apreendida em todo o país”. Esta chamada de capa e a segunda página do jornal contêm informações que consideramos ser a primeira notícia sobre os malefícios da talidomida publicada na mídia impressa carioca e, talvez, no Brasil. Segundo o periódico, o Dr. Fernando Luz Filho declarou ao jornal que havia mandado apreender, no estado da Guanabara, “como em todo o território nacional, o sedativo *Sedalis*, fabricado pelos laboratórios Pinheiros”. De acordo com o Última Hora, o então diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia afirmou que recebeu ofício da Associação Promotora de Interesses Coletivos com denúncia de que um medicamento existente no comércio continha “um sal nocivo à saúde das mulheres em estado de gestação”. Ainda de acordo com o jornal, o Dr. Fernando afirmou que promoveu “um exame em todos os medicamentos vendidos no Brasil”, e que os laboratoristas haviam descoberto esse sal contido unicamente no *Sedalis* do laboratório Pinheiros. Na mesma matéria publicada, registrou-se, ainda, que a direção do Instituto Pinheiros havia confirmado que a referida droga era produzida pela empresa,

7 Diário da Noite, 30 ago. 1957, p. 2.

8 Diário da Noite, 26 mar. 1957, p. 5.

9 Diário da Noite, 25 fev. 1954, p. 8.

10 Diário da Noite, 26 jan. 1956, p. 5.

11 Diário da Noite, 27 de fevereiro de 1958, p. 4.

porém a companhia frisou que não havia recebido “nenhuma comunicação do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, ordenando a apreensão do medicamento”.¹²

Entretanto, as notícias que emergiram nos dias e meses que se seguiram, tanto do Última Hora quanto dos outros periódicos – Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Carioca, Diário da Noite, A Noite –, não confirmaram a afirmação inicial do Dr. Fernando Luz Filho de que somente no *Sedalis* estava presente o dito sal maléfico, uma vez que outros nomes de medicamentos com base na talidomida surgiram: *Sedalis 100*, *Sedin* e *Slip* (às vezes grafado *Sleep*). Este último, segundo notícia do Última Hora, “muito receitado pelos pediatras para bebês agitados”.¹³

Nos dias que seguem à data de 21 de março de 1962, os jornais continuam a registrar os episódios provenientes do uso da talidomida – já rotulada como “droga maldita” pela maioria dos periódicos do período. Nessa “onda” de notícias sobre o fármaco, vale registrar que um representante do Instituto Pinheiros do estado Guanabara entrou em contato com o Última Hora para contestar as afirmações do diretor do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia (SNFMF), Fernando Luz Filho, acerca dos malefícios do medicamento *Sedalis*. Em matéria publicada pelo referido periódico, com o título “Produtor da droga maldita acusa tristes: é manobra”, o representante do Pinheiros, Sr. Anibal Coré,

atribuiu a onda surgida nos meios médicos e imprensa a manobras de tristes internacionais para eliminar um concorrente brasileiro com aceitação na Europa e Ásia. Disse que os autores do boato se

basearam em reportagem de uma revista americana desconhecendo o estudo do médico alemão W. Lenz, o qual após investigar a aplicação do sal em 16 parturientes não atestou a sua nocividade.¹⁴

Esta foi a única notícia, encontrada pela pesquisa, em que houve algum posicionamento contrário à possibilidade de ocorrência de efeitos nocivos pelo uso dos fármacos com base na talidomida. Curiosamente, o representante do Pinheiros, em sua afirmação ao jornal, inverteu o resultado dos estudos do médico alemão Lenz que, naquele momento, justamente atestava a nocividade da talidomida. Esta mesma notícia também afirmava que o Dr. Fernando Luz Filho havia mandado retirar o produto de circulação; que um catedrático de farmacoterapia da Universidade do Brasil estava concluindo estudos sobre a talidomida, incumbido pelo SNFMF; que o deputado estadual Naldir Laranjeiras havia acusado a Secretaria de Saúde da Guanabara de negligenciar a apreensão dos estoques da chamada “droga maldita”; e que o Laboratório Americano de Farmacoterapia havia proibido a distribuição da droga em suas agências do Brasil.¹⁵

Quatro dias após, o mesmo periódico noticia que no dia 27 havia se iniciado na cidade do Rio uma “apreensão em massa dos remédios a base de sal thalidomite”, e que “uma turma de oito inspetores do Departamento de Fiscalização da Medicina” já estava “percorrendo depósitos e farmácias”, sendo que “milhares de frascos dos produtos” já haviam sido “recolhidos”. Nesta mesma notícia, abriu-se espaço para o Dr. Fernando Luz Filho rebater a afirmação do Sr. Anibal Coré acerca da existência de “tristes internacionais” contra os produtores nacionais da

12 Quando veio à tona a tragédia, estava em vigor o Decreto nº 49.974, de 21 de janeiro de 1961. Este regulamentava, sob a denominação de Código Nacional de Saúde, a Lei nº 2.312 (de 3 de setembro de 1954) que trazia normas gerais sobre defesa e proteção da saúde. O decreto afirmava, em seu artigo 18, que incumbia ao órgão federal de saúde, nos termos da lei, fiscalizar: “a produção, a manipulação e comércio de drogas, plantas medicinais, especialidades farmacêuticas, antisséticos, desinfetantes, produtos biológicos, químico-farmacêuticos e de toucador, e quaisquer outros que interessar possam a saúde pública, valendo-se para esse fim da análise prévia e da análise final dos produtos”. Tais análises eram responsabilidade da Comissão de Biofarmácia que, com base na Lei nº 2.187, de 16 de fevereiro de 1954, era composta pelo seu presidente, o diretor do Laboratório Central de Controle de Drogas e Medicamentos; por um professor catedrático ou docente de química industrial ou de farmácia química; por um professor catedrático ou docente de farmacologia; por um biólogo; por um farmacêutico do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina; por um médico clínico; e por dois membros escolhidos pelo diretor do Departamento Nacional de Saúde em lista tríplice, organizada pelos sindicatos das indústrias de produtos farmacêuticos. (Última Hora, 21 mar. 1962, p. 2.)

13 Última Hora, 09 ago. 1962, p. 2.

14 Última Hora, 24 mar. 1962, p. 2.

15 Última Hora, 24 mar. 1962, p. 2.

talidomida, uma vez que, para Fernando, a medida de apreensão de medicamentos baseados na referida substância foi preventiva em virtude de haver sido constatada oficialmente a nocividade dos produtos em questão. Ainda nesta publicação, foi informado o nascimento de uma criança vítima do medicamento, cujo pai, um comerciante de Copacabana, havia exibido ao jornal carta do cientista alemão W. Lenz “identificando o caso como sendo provocado por uso da droga, pela gestante, entre o primeiro e o segundo mês de gravidez”.¹⁶

Com relação ao estudo sobre a talidomida, que seria realizado por um catedrático brasileiro em farmacoterapia, anteriormente noticiado pela imprensa, o *Jornal do Brasil* publicou, em 29 de março, em sua quarta página, matéria com destaque sobre o relatório feito acerca da droga. Na realidade, pouco se reportou quanto ao relatório em si, mas o que foi enfatizado pelo jornal dizia respeito à facilidade em se adquirir o produto talidomida:

Por unanimidade, a Comissão de Biofarmácia – órgão consultivo do Serviço Nacional de Medicina e Farmácia – aprovou o parecer do Professor Lauro Sollero sobre a ação teratogênica de drogas preparadas a base de talidomida, proibindo, a partir de hoje, a fabricação e a venda do Slip, Sedin e Sedalin, causadores de deformação nos filhos em formação.

Antes dessa decisão, os laboratórios responsáveis pelo lançamento das drogas no mercado haviam comunicado à Comissão que o produto tinha sido já retirado do varejo, mas o *Jornal do Brasil* encontrou na quase totalidade das farmácias que percorreu e adquiriu-o na Drogaria Primeiro de Março Ltda., na Rua Primeiro de Março, 10.

Embora ressalve em seu parecer, que os laboratórios não têm culpa “nessa dolorosa verificação, que somente o uso do medicamento poderia indicar”, o professor Lauro Sollero afirma não haver dúvida de que a Talidomida, quando administrada, em altas doses, em mulheres grávidas, sobretudo entre o 3º e o 4º mês, pode produzir graves efeitos nos fetos.

A esse respeito – diz o Professor Sollero – em 23 de fevereiro, quando foi levantada a questão, recebemos dos três laboratórios responsáveis pelas drogas uma comunicação de que, adiantando-se às nossas conclusões, haviam tomado a iniciativa de recolher o produto do mercado.

A reportagem do *Jornal do Brasil*, no intuito de comprovar a comunicação, percorreu várias farmácias do centro da cidade e verificou que, em todas elas, pelo menos dois remédios estão à venda: o Sedin e o Sedalin, dos laboratórios Americano de Farmacoteca S.A. e Pinheiros.¹⁷

No mês de abril, os periódicos cariocas continuaram a noticiar o evento talidomida e o foco das matérias dizia respeito à retirada da droga do mercado. O *Jornal do Brasil*, em nota do dia 5 de abril, deu conta de que os laboratórios responsáveis pela fabricação do *Sedalis*, *Sedalis 100*, *Slip* e *Sedin* haviam sido intimados, por ordem do SNFMMF, a retirarem todo o estoque das drogas recolhidas das farmácias e drogarias pelo Serviço de Fiscalização, em sua sede na rua Santa Luzia, 685, pois “as quatro drogas seriam inutilizadas publicamente na próxima semana”; ainda segundo o jornal, os laboratórios que reincidissem na fabricação das referidas drogas teriam suas “licenças cassadas”. O SNFMMF apelou à população no sentido de que, encontrando qualquer uma das drogas em drogaria, farmácia ou ambulatório, comunicasse o órgão por telefone.¹⁸

No entanto, ao se acompanhar as notícias da mídia impressa carioca pelos meses seguintes, vêm à tona informações diversas sobre as dificuldades de se operacionalizar a retirada do produto do mercado. Além disso, os periódicos indicam que remédios com base na talidomida continuavam à venda na cidade do Rio e no estado da Guanabara, bem como em outras localidades do país. O jornal *Última Hora* foi o mais ativo em noticiar as dificuldades em se retirar a droga do balcão das farmácias. No mês de agosto, em várias de suas edições publicou diversas informações sobre a talidomida. No dia 6 desse mês, estampou na segunda página um chamativo título:

16 *Última Hora*, 28 mar. 1962, p. 2.

17 *Jornal do Brasil*, 29 mar. 1962, p. 4.

18 *Jornal do Brasil*, 05 abr. 1962, p. 8.

“‘Droga Maldita’ à venda no Brasil - Pavor custa Cr\$500”. A matéria publicada dizia: “conforme comprovou a reportagem de Última Hora no Nordeste, continuam a ser livremente vendidos no País medicamentos que contêm a chamada ‘Droga Maldita’, ou seja, a ‘Thalidomida’. São eles, como se sabe, o ‘Slip’, o ‘Sedalis’ e o ‘Sedin’, todos já condenados pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina”. Ainda:

A comprovação de que a venda continua a ser feita quem a obteve foi o nosso companheiro Eurico Andrade, que adquiriu, pessoalmente, numa farmácia do Recife, um vidro de ‘Slip’. Preço: Cr\$500. É esse, presentemente, o custo do pavor. Não teve o repórter dificuldade na aquisição do produto, encontrado nos estabelecimentos farmacêuticos daquela Capital, apesar das declarações tranquilizadoras do médico Fernando Luz Filho, diretor do SNFM, de que estão vedados, no Brasil, o fabrico, a venda e o uso de tais medicamentos.¹⁹

Segundo o Jornal do Brasil, o vidro de talidomida poderia ser obtido por valores que variaram entre Cr\$ 340 e Cr\$ 500. Associando esse valor ao salário mínimo vigente na época (1962), que era de Cr\$ 13.440,00, pode-se aventar que o medicamento poderia ser adquirido não apenas pelas camadas mais abastadas da sociedade. Ainda vale ressaltar que, muito provavelmente, poderia ser adquirido sem prescrição médica, fato que colocava a droga na mão não apenas daqueles que podiam previamente pagar uma consulta médica.²⁰

Em 11 de agosto, o jornal Última Hora retornou ao tema da dificuldade de retirada da droga do mercado e noticiou, com certo destaque, na página 3, matéria com o título: “Est. do Rio: Saúde sem recursos para apreender ‘droga maldita’”. Nela, o periódico afirmava que “no Estado do Rio a Secretaria de Saúde [continuava] indiferente ao problema e não [sabia] sequer informar se nas farmácias do interior [encontrava-se] à venda o remédio já condenado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina”.²¹

Duas semanas após, o mesmo jornal publicou, também com destaque, notícia com o título “Saúde afirma que no Estado do Rio não se vende Thalidomide”, dizendo que:

O Secretário de Saúde do Estado, Sr. Moacir de Paula Lôbo informou, ontem, que todas as farmácias de Niterói e do interior não possuem mais remédios produzidos à base de Thalidomida, pois os inspetores, há mais de uma semana realizaram “blitz” em todos os estabelecimentos.

A venda de tranquilizantes e intoxicantes, a partir de agora, só poderá ser efetuada mediante prescrição médica e com registro em um formulário fornecido pela Secretaria. Adiantou o Secretário que as determinações do Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, proibindo a venda e a fabricação das drogas consideradas nocivas, e as constantes campanhas realizadas pelas autoridades da Guanabara e São Paulo tiveram uma repercussão boa no Estado do Rio, onde as autoridades sanitárias pouco ou nada tiveram a fazer. Os remédios proibidos, logo após identificados pelo SNFM, foram retirados do comércio pelos próprios laboratórios como o caso do Merrel-29. Apesar de tudo, disse o Secretário, a Secretaria mantém um número suficiente de funcionários fiscalizando todas as farmácias.²²

No que diz respeito à retirada da droga em outro estado importante da federação, São Paulo, noticiou o Jornal do Brasil, em sua edição do dia 15 de agosto de 1962, que “cerca de 4 milhões, 24 mil 980 unidades de *Sedin*, *Sedalis* e *Slip* foram apreendidas pelo Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, através de um plano de emergência. A campanha contou com a participação de 549 órgãos da Secretaria de Saúde, além de 15 equipes de médicos e farmacêuticos”.²³

Tal informação acerca da quantidade de pílulas apreendidas no estado supera a já impressionante cifra de apreensão de dois milhões e meio de pílulas citada para o Brasil por Brynner e Stephens

19 Última Hora, 06 ago. 1962, p. 2.

20 Novos Rumos, 23 ago. 1962, p. 4.

21 Última Hora, 11 ago. 1962, p. 3.

22 Última Hora, 24 ago. 1962, p. 5.

23 Jornal do Brasil, 15 ago. 1962, p. 5.

(2001, p. 67). Estes também mencionam a apreensão de 100 toneladas de substância pura da droga no país, seis meses depois da retirada do produto na Alemanha.²⁴ A quantidade de órgãos referentes à “Secretaria de Saúde” empenhados na apreensão da droga, 549, sugere que, naquele momento, a maioria das cidades do estado de São Paulo poderia estar comercializando medicamentos com base na talidomida.

Em suas notícias acerca da retirada da droga das farmácias da Guanabara, A Noite²⁵ noticiou que, por reincidir na proibição das vendas, um estabelecimento em Botafogo havia sido fechado. Sugeriu também que existiam “outros” medicamentos além do *Sedalis*, do *Sedin* e do *Slip* que possuíam base na talidomida. Sobre isso, o Correio da Manhã, em 1º de setembro de 1962 (p. 4), mencionou os seguintes nomes: *Merrel-29*, *Tranquilex*, *Ondasil*, *Hypocal*, *Verdyl*, *Trig-G*, *Meranol*, *Colestex*, *Ateral*, *Sedaforin*, *Alterfur*, entre outros. No Jornal do Brasil de 29 de março de 1962 (p. 4), o nome *Sedalin* foi também mencionado.²⁶

Conclusões

A talidomida surgiu comercialmente na mídia impressa brasileira, em jornais de grande circulação dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em 22 de março de 1959, sob o nome *Sedalis*, em anúncio dirigido à classe médica. Uma vez divulgada aos doutores, a droga foi colocada no balcão das farmácias de várias partes do país, sem necessariamente necessidade de apresentação de receita de profissional da medicina. Como indicou o jornal Novos Rumos: “as farmácias dispensavam receita médica para venda do remédio”.²⁷

Segundo a imprensa periódica pesquisada, no Brasil, a droga talidomida foi fabricada e comercializada a partir de três laboratórios: Instituto Pinheiros Produtos Farmacêuticos S.A, Lafi e Laboratório Americano de Farmacoterapia. Dos três laboratórios, dois eram empresas nacionais, Lafi e Pinheiros. Cada um deles investiu na divulgação de nomes-fantasia diferentes. O Instituto Pinheiros a comercializou sob dois títulos: *Sedalis* e *Sedalis 100*; o Lafi sob título de *Slip* e a Farmacoterapia sob o título *Sedin*. A pesquisa das trajetórias do Lafi e do Farmacoterapia, bem como o envolvimento das empresas com a talidomida, aguarda futuros estudos que possibilitem captar mais informações, pelo menos, sobre a extensão da distribuição da droga no país pelos respectivos laboratórios²⁸. Da mesma feita, pesquisas sobre outros possíveis nomes comerciais de medicamentos à base de talidomida aguardam futuros investigadores.

De maneira geral, é possível afirmar que a imprensa carioca noticiou o fenômeno com destaque moderado. O Jornal do Brasil e o Última Hora foram os periódicos que mais artigos produziram sobre o tema; no ano de 1962, a maioria das notícias sobre talidomida foi colocada na segunda página ou posteriores, com notas pequenas, em meio a outros assuntos de maior destaque. Somente o jornal Última Hora publicou em capa notícia sobre a droga. Com o título “Remédio faz nascer crianças-monstros”, deu ênfase à ordem de recolhimento do medicamento em todo o país, sob instrução do SNFME.

É possível concluir que as primeiras notícias sobre os malefícios da droga, no Brasil, publicadas na mídia impressa foram tardias, isto é, afloraram na imprensa somente três meses após o conhecimento

24 “In Brazil, because of confusion about all the brand names that included thalidomide, authorities seized two and a half million pills six months after the German withdrawal, along with a further 100 tons of the pure substance” (Brynnner; Stephens, 2001, p. 67). Os autores citam que tal informação foi extraída do artigo *The Evils of Camouflage as Illustrated by Thalidomide*, de Helen Taussig, publicado no *New England Journal of Medicine*, em 1963.

25 A Noite, 09 ago. 1962, p. 7.

26 De acordo com o site da *Swedish Thalidomide Society*, entre 1959 e 1962, a talidomida também esteve presente no Brasil sob os nomes Ectiluran, Ondasil e Verdil. Ver: <http://www.thalidomide.org/web/nomes/>

27 Novos Rumos, 23 ago. 1962, p. 4.

28 Em 12 de dezembro de 1972, a norte-americana Sintex-Laboran Farmacêutica S/A incorporou o Instituto Pinheiros. Segundo Ribeiro (2001, p. 626), esta companhia farmacêutica “foi uma das que mais resistiu, sendo uma das últimas empresas nacionais a ser vendida para o capital estrangeiro”. Em 1976, iniciou-se ação movida contra a União e contra os laboratórios responsáveis pela produção e comercialização da droga no país. Com a Lei 7070, de Dezembro de 1982, o executivo autorizou a concessão de pensão mensal e vitalícia aos atingidos pela talidomida; tal pensão foi estipulada entre um a quatro salários mínimos dependendo do grau de incapacidade física da pessoa afetada pela droga (Oliveira; Bermudez; Souza, 1999, p. 104).

da imprensa alemã e inglesa. Nota-se ainda que, apesar de acompanharem toda a situação de apreensão e suspensão da fabricação e venda de novos lotes dos medicamentos, os jornais não alardearam nas primeiras páginas das publicações a possível magnitude do problema em solo nacional: tiveram uma postura limitada na cobertura das notícias do fenômeno no país e no exterior, com textos relativamente curtos sobre os desdobramentos do caso.

Por fim, apesar de a imprensa noticiar as providências sobre a retirada da droga do mercado, é possível aventar que tal tarefa deve ter encontrado inúmeros percalços considerando o tamanho do Brasil e o número de profissionais habilitados para agir na fiscalização, busca e apreensão do medicamento naquele contexto do início da década de 1960. Lembremos que somente o Instituto Pinheiros atingia todas as regiões do Brasil. A empresa podia comercializar a droga por representantes farmacêuticos a partir de filiais em duas capitais no Norte; duas capitais e mais três cidades no Sul; três capitais e mais oito cidades no Sudeste (não incluindo a capital São Paulo); duas capitais no Centro-Oeste; e quatro capitais no Nordeste.

Assim, tomando-se como parâmetro uma considerável rede de distribuição de medicamentos no país no contexto do final da década de 1950 e início da década de 1960, a talidomida certamente esteve presente no balcão das farmácias de inúmeras localidades em todas as regiões do Brasil. Portanto, é plausível conjecturar que a tragédia representada pelo nascimento da primeira geração de bebês atingidos pelos malefícios da talidomida em território brasileiro possa incluir um número maior do que os trezentos que se supõe.

Referências

- ALCÂNTARA, A. M. *As representações sociais dos medicamentos teratogênicos: um estudo com farmacêuticos comunitários do município de Curitiba* - PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Biotecnologia Aplicada à Saúde da Criança e do Adolescente) - Faculdades Pequeno Príncipe, Curitiba, 2009.
- ANDRADE, P. D. de. A filosofia e os anos 1960. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 49, p. 13-30, 2012.
- BARROS, J. A. C. *Propaganda de medicamentos: atentado à saúde?* São Paulo: Hucitec, 1995.
- BECK, U. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BITTENCOURT, S. C.; CAPONI, S.; MALUF, S. Farmacologia no século XX: a ciência dos medicamentos a partir da análise do livro de Goodman e Gilman. *História, Ciência, Saúde - Manquinhos*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 499-520, 2013.
- BRYNNER, R.; STEPHENS, T. *Dark remedy: the impact of thalidomide and its revival as a vital medicine*. Cambridge: Basic Books, 2001.
- EDLER, F. C. *Boticas e farmacias: uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- FONSECA, L. P. *A construção visual do Jornal do Brasil na primeira metade do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- GLIK, S. Domesticidade, medo e consumo: a Espanha franquista e o American Way of Life nas páginas de Seleções. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 221-246, 2010. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewArticle/1983>>. Acesso em: 20 set. 2013.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEANDRO, J. A.; LOPES, B. Talidomida no Brasil: uma história de iatrogenia medicamentosa esquecida pelas ciências humanas e sociais. In: JORNADA DE SOCIOLOGIA DA SAÚDE, 7., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2013/12/TALIDOMIDA-NO-BRASIL-IATROGENIA.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- LEANDRO, J. A.; SANTOS, F. L. Talidomida no Brasil: “à distinta classe médica”. In: JORNADA DE SOCIOLOGIA DA SAÚDE. 7., 2013, Curitiba. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2013. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2013/12/TALIDOMIDA-NO-BRASIL-À>>.

DISTINTA-CLASSE-MÉDICA.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

LONDON SUNDAY TIMES. *Suffer the children: the story of thalidomide*. New York: Viking Press, 1979.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MARTINI, S. R. M. *O Ibope, a opinião pública e o senso comum dos anos 1950*: hábitos, preferências, comportamentos e valores dos moradores dos grandes centros urbanos brasileiros (Rio de Janeiro e São Paulo). 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MEIRA, M. E. C.; BITTENCOURT, M. O.; NEGREIROS, R. L. *Talidomida*: revisão bibliográfica e atualização da bula, conforme resolução RDC nº 140/03. Monografia (Especialização em Vigilância Sanitária de Medicamentos) - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2004.

MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.; SCHWARCZ, L. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 559-659.

MOKHIBER, R. Talidomida. In: _____. (Org.). *Crimes corporativos*: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública. São Paulo: Página Aberta, 1995. p. 369-376.

OLIVEIRA, M. A.; BERMUDEZ, J. A. Z.; SOUZA, A. C. M. de. Talidomida no Brasil: vigilância com responsabilidade compartilhada? *Cadernos de*

Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 99-112, 1999.

PONTES, F. S.; SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, J.; OLIVEIRA JR, C. R. de. *Pesquisa em ciências sociais*: interfaces, debates, metodologias. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012. p. 49-77.

PORTER, R. *Das tripas coração*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, M. A. R. Empresas farmacêuticas na industrialização brasileira. *América Latina en la Historia Económica*. México, DF, n. 30, p. 161-189, jul./dic. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S1405-22532008000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2013.

RIBEIRO, M. A. R. Lições para a história das ciências no Brasil: Instituto Pasteur de São Paulo. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 467-484, 1997.

RIBEIRO, M. A. R. Saúde pública e as empresas químico-farmacêuticas. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 607-626, 2001.

TEFF, H.; MUNRO, C. R. *Thalidomide*: the legal aftermath. Farnborough: Saxon House, 1976.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410/8995>>. Acesso em: 12 de set. 2013.

Contribuição dos autores

Leandro e Santos foram responsáveis pela idealização e redação do artigo. O texto é parte das pesquisas de tese de Doutorado de Santos. Leandro orientou a pesquisa.

Recebido: 20/02/2014

Reapresentado: 26/08/2014

Aprovado: 10/10/2014